

Relatório de Informações 2012



Órgãos Estatutários

Diretoria Executiva

Dirlene Rios da Silva

Presidente

Jorge Luiz de Souza

Diretor Administrativo e Financeiro

Ednaldo Moitinho Alves

Diretor de Segurança

Conselho Deliberativo

Lauzimar Gomes Lima - Presidente

Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza

Eduardo Augusto Furtado Correa

Ezequiel dos Anjos

José Aziz Raimundo Filho

Fernando Santos Braga (Suplente)

José Leandro Gomes (Suplente)

Mirian Pinho Oliveira Rosa (Suplente)

Reynaldo Marques de Souza (Suplente)

Conselho Fiscal

Magnoneide Matos da Silva - Presidente

Edvaldo Oliveira Souza Filho

Silvadir Duarte Amazonas Pedroso

José Hamilton de Oliveira Castro (Suplente)

Odeval Fonseca Araújo (Suplente)

Tânia Maria Cardoso Santos (Suplente)

SUMÁRIO

Pensamento Estratégico	4
Apresentação	5
Mensagem aos Participantes	6
Destaques 2012	7-10
Participantes e Benefícios	11
Domonstrativo dos Investimentos	12
Política de Investimentos	13
- Aderência à Política de Investimentos	
- Quadro resumo da Política de Investimentos para 2013	
Demonstrações Contábeis	14 - 18
- Balanço Patrimonial Consolidado	
- Demonstração de Mutação do Balanço Social Consolidado	
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	
- Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano Básico	
- Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano Misto	
- Demonstração do Ativo Líquido - Plano Básico	
- Demonstração do Atvo Líquido - Plano Misto	
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano Básico	
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano Misto	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	19 - 29
Demonstrações Atuariais	30 - 44
- Demonstração Atuarial do Plano Básico	
- Demonstração Atuarial do Plano Misto	
Pareceres e Relatórios	45 - 50
- Pareceres Atuarial do Plano Básico	
- Pareceres Atuarial do Plano Misto	
- Relatório dos Auditores Independetes	
- Parecer do Conselho Fiscal	
- Manifesta�o do Conselho Deliberativo	

Pensamento Estratégico

Missão

Administrar planos de previdência, com gestão eficaz dos recursos, buscando melhores soluções para assegurar os benefícios previdenciários, de forma a contribuir para a qualidade de vida dos participantes e de seus dependentes.

Visão

Ser reconhecida como uma instituição previdenciária atuante pela excelência na concessão de aposentadorias e pensões aos segurados e dependentes e eficácia na gestão de recursos.

Valores

A BASES conduz sua gestão orientada e motivada por princípios éticos expressos pelos seguintes valores: transparência, responsabilidade, integridade, respeito, qualidade, competência, profissionalismo e comprometimento.

Apresentação

Apresentamos a versão completa do Relatório Anual da Bases, com as mais relevantes informações sobre as atividades desenvolvidas ao longo de 2012.

Nesta publicação você encontra o Resumo das Políticas de Investimentos dos Planos Básico e Misto e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), Demonstrativo de Investimentos; Balanço Patrimonial Consolidado; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social; Demonstração do PGA; Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos; Parecer Atuarial; Relatório dos Auditores Independentes; Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo com aprovação das Demonstrações Contábeis dos planos de benefícios administrado pela Entidade.

Os documentos aqui apresentados foram submetidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão que regula e fiscaliza os fundos de pensão.

O Relatório Anual de Informações é uma exigência legal. Entretanto, mais do que uma obrigação, o objetivo deste documento é mostrar os resultados obtidos na gestão dos Planos Previdenciários e na administração da Entidade no exercício de 2012, dando transparência aos atos e ações da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

Mensagem aos Participantes

O ano de 2012 apresentou mudanças estruturais e significativas para a BASES. No início do segundo trimestre foram empossados os novos membros dos Órgãos Estatutários da Fundação, com o compromisso de dar continuidade ao objetivo maior da Entidade, que é a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão pagos pela Previdência Social e, assim, possibilitar mais tranquilidade para o seu futuro.

Os novos dirigentes assumiram com uma proposta de modernizar a gestão da BASES. Por isso, no último ano, formalizamos o primeiro Planejamento Estratégico da Entidade, que guiará todas as ações importantes com foco nos participantes e na sustentabilidade dos negócios. Estamos voltados para inovação, promovendo melhorias de gestão para oferecer serviços com excelência aos participantes ativos e assistidos.

Fizemos significativos avanços no que se refere à governança corporativa da Fundação. Instituímos nossa Política de Segurança da Informação e o Código de Ética, documentos que normatizam regras e procedimentos adotados pela Entidade para garantir mais eficiência organizacional.

2012 também foi marcado por turbulências econômicas, com a redução da taxa de juros Selic, que impacta diretamente na remuneração dos títulos públicos. Frente a essa situação, adotamos importantes estratégias no que diz respeito à gestão dos investimentos. Implantamos o processo estratégico de gestão de ativos e passivos, ALM - Asset Liability Management, que tem como finalidade

combinar as aplicações dos ativos, buscando um retorno acima das metas atuariais, com as obrigações (benefícios), no longo prazo.

Buscamos construir caminhos alternativos, criamos novas formas de seguir em frente e chegamos aqui, com um patrimônio líquido de R\$ 782 milhões e a responsabilidade pelo pagamento de 1.386 benefícios, nos dois Planos. Mostrar os resultados alcançados ao final de um ano inteiro de trabalho é ter a sensação de dever cumprido, graças aos esforços, dedicação e trabalho de todos os envolvidos.

Nosso desejo é que você confira cada informação e procure compreender o desempenho e o progresso da nossa Entidade. A sua participação é fundamental em nossa trajetória para que juntos possamos fortalecer ainda mais o compromisso assumido pela BASES de garantir segurança para sua vida e de sua família.

Para 2013, esperanças de novas realizações e a certeza de que somente com trabalho sério e competência alcançaremos uma gestão ajustada aos novos tempos dos fundos de pensão, em um cenário que nos obriga a buscar o melhor equilíbrio entre risco, retorno e liquidez, face às necessidades de cada plano de benefício.

Este relatório anual é um retrato do que já produzimos, mas também dos desafios que temos à nossa frente. Tenha plena confiança de que não serão medidos esforços para fazer a BASES cada vez mais forte e valorizada.

Diretoria Executiva

Destques 2012

NOVA GESTÃO | Em abril de 2012 tomaram posse os novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da BASES. Dirlene Rios da Silva assumiu a Presidência da Entidade em substituição a Ednaldo Moitinho Alves, que respondia pela Presidência e pela Diretoria de Seguridade. Também foi empossado o novo Diretor Administrativo e Financeiro Jorge Luiz de Souza.

CERTIFICAÇÃO | Os dirigentes assumiram seus mandatos com o compromisso de trabalhar não só para preservar as conquistas obtidas até aqui como também para avançar no fortalecimento da Fundação. O Sistema de Previdência Complementar compreende atividades de alta complexidade que exigem dos seus profissionais conhecimento atualizado para respaldar decisões seguras. Conscientes da importância e responsabilidade de dirigir a BASES, 98% dos novos membros já recebeu a certificação do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) pelo critério da experiência, atestando a competência no exercício de suas funções. O diretor Jorge Luiz de Souza recebeu também a certificação CPA 20, conferida pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), principal entidade certificadora dos profissionais dos mercados financeiro e de capitais brasileiro.

GOVERNANÇA | Com a nova Diretoria, foram aprimorados os controles de governança com o objetivo de minimizar os riscos de gestão, através do estabelecimento de políticas e controles internos e o adequado monitoramento das decisões estratégicas. O resultado é maior segurança e transparência na condução dos negócios.

Neste sentido, implantamos a Política de Segurança da Informação, que se aplica aos aspectos de proteção de informações e dados, definindo normas, procedimentos, ferramentas e responsabilidades para garantir o controle e a

segurança da informação na entidade; e o Código de Ética, documento que estabelece normas e padrões de conduta básicos que devem ser observados na condução das atividades profissionais e no relacionamento com participantes, patrocinadores, fornecedores, órgãos reguladores, fiscalizadores e mercado.

RELAÇÃO COM O PARTICIPANTE

Sala de Atendimento - Em 2012 a BASES venceu uma nova fase em sua estrutura de atendimento. A Entidade inaugurou uma sala destinada especialmente ao atendimento dos participantes e assistidos. Os participantes que vão até a Entidade contam agora com um espaço especial e mais adequado, que garante maior privacidade. A centralização de todo o atendimento em uma única área, ao contrário do que era realizado anteriormente, proporcionou à BASES mais controle e, conseqüentemente, mais agilidade na resposta ao participante

Dia Nacional dos Aposentados - Eles contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento do país e representam uma grande fatia da sociedade. Nada mais justo do que um dia dedicado especialmente a eles. 24 de janeiro foi o Dia Nacional do Aposentado. Para celebrar a data, a BASES, através do Diretor de Seguridade Ednaldo Moitinho, marcou presença no evento comemorativo promovido pela Abrapp. A solenidade aconteceu no Rio de Janeiro e reuniu aposentados de fundações de todo o país. Em 2012, a homenageada da BASES, representando todos os assistidos da Fundação, foi Zenaide de Cerqueira.

Estreitando Laços - O relacionamento aberto e transparente com os participantes constitui um dos objetivos de atuação da BASES. Destaca-se nesta linha de ação a organização de encontros regionais com os participantes, buscando aproximar a Fundação de seus clientes para aprimorar os serviços prestados. Em 2012, a BASES deu continuidade ao programa Estreitando Laços com o Participante e promoveu palestras

em diversas cidades da Bahia. As apresentações ficaram mais estimulantes e interativas. Ativos e assistidos participam de um quis com perguntas sobre a BASES e o sistema de previdência. Aqueles que acertam as respostas ganham brindes. Os participantes aprovaram o novo formato da apresentação. Nos encontros a Diretoria Executiva apresenta os resultados mais recentes da BASES e as principais diretrizes da Entidade. Ano passado o programa esteve em Alagoinhas, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Ilhéus, Itabuna, Rio de Janeiro e São Paulo.

Educação Financeira e Previdenciária - Desenvolvemos ações com o objetivo de fomentar e disseminar a cultura previdenciária entre os participantes, além de ampliar o entendimento sobre os serviços prestados de maneira transparente. O Programa teve como foco a elaboração de conteúdos para os canais de comunicação, como o boletim eletrônico semanal e-BASES, a revista Mais BASES, o site www.fundacaobanab.com.br e o twitter.com/fundacaobanab.

Uma das ações de Educação Previdenciária promovidas pela BASES em 2012 foi o lançamento da revista Coquetel, editada em conjunto com as Fundações Celpos, Ecos, Fachesf e Faelba. A revista traz palavras-cruzadas, caças-palavras, silabox, dominox, criptograma e diversos outros jogos com temas ligados à Previdência Complementar. Com a revista Coquetel, nosso objetivo foi ampliar o nível de conhecimento dos participantes, mas também incentivá-los a conhecer de forma mais profunda o funcionamento da Entidade, através de uma linguagem leve e lúdica.

Encontro de Aposentados dos Fundos de Pensão da Bahia - Este encontro é uma iniciativa da Comissão Técnica Regional Abrapp de Benefícios - Seccional BA/SE, representadas pelas fundações BASES, Ecos, Fabasa e Faelba. Em 2012, contou também com a presença da Fundação Odeprev. Em 2012 convidamos o Dr. Roberto Fonseca, consultor motivacional, psicoterapeuta especializado em transtorno de personalidade e ansiedade, para um trabalho de integração com os participantes. Num Segundo momento os assistidos participaram de atividades especiais, como concursos de dança

e desfiles, com direito a prêmios aos ganhadores. Cada fundação elegeu sua miss simpatia. A eleita da BASES foi Ivonete Sacramento.

O evento faz parte da comemoração do Dia Nacional do Idoso que de acordo com a Lei N. 11.433 DE 28/12/2006, passou a ser comemorado no dia 01/10 de cada ano.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS | No âmbito financeiro, o setor de Investimentos defrontou-se com grandes desafios, sendo o maior deles o de rentabilizar as aplicações acima das metas atuariais. Diante do movimento de queda da taxa Selic (iniciado em 2011), a BASES vem buscando outras alternativas de investimentos. Foram feitas mudanças na alocação dos ativos dos fundos de renda variável, aumentando o percentual aplicado em ações para aproximadamente 10%, de acordo com a Política de Investimentos da Fundação.

Entre as providências adotadas para manter o equilíbrio atuarial do Plano de Aposentadoria, ressaltamos também a implantação do estudo de ALM (sigla em inglês que significa gestão integrada do ativo com o passivo), ferramenta de gestão atuarial e financeira que define a melhor alocação dos investimentos de acordo com a necessidade de cada plano, de forma a maximizar a probabilidade de formação de superávit. Em linhas gerais o ALM tem como finalidade combinar as aplicações dos ativos, buscando um retorno acima das metas atuariais, com as obrigações (benefícios), no longo prazo.

Outro fato merecedor de destaque foi a reestruturação do Comitê de Investimentos, evento relevante no processo de assessoramento à Diretoria Executiva da Fundação quanto as decisões relativas à gestão dos Investimentos. O Comitê é composto pela Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Gerente Administrativo e Financeiro, um membro do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal e um técnico da área administrativa e financeira da BASES.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS | Além da preocupação constante com o aumento da rentabilidade dos investimentos, a BASES busca incessantemente realizar uma boa gestão dos recursos referentes às suas despesas administrativas. E tem obtido importantes resultados. As causas deste êxito devem ser creditadas a

uma severa análise dos custos em todas as instâncias administrativas da Entidade e ao empenho e comprometimento de todos os funcionários e dirigentes na busca de soluções que apresentem a melhor relação custo/benefício.

Tivemos a introdução de novas sistemáticas de trabalho, desenvolvimento de programas, aprimoramento da comunicação, de pessoal e serviços. Ao longo do ano foram realizadas dezenas de reuniões formais na perspectiva do aperfeiçoamento das rotinas da BASES. Como resultado, cancelamos contratos de prestação de serviços descontinuados; tomamos medidas fiscais perante a relação com os parceiros prestadores de serviços.

RECURSOS HUMANOS | Um bom relacionamento entre empresa e colaboradores pode influenciar nos resultados organizacionais, integrando os setores, otimizando o trabalho e conquistando resultados. Uma forma de tornar o ambiente de trabalho mais unido e produtivo é realizando atividades que priorizam a comunicação e o compartilhamento de idéias. Por isso, em 2012, a BASES iniciou um projeto de treinamento do corpo funcional com o objetivo de promover o desenvolvimento de habilidades comportamentais para que o indivíduo possa desempenhar suas competências profissionais com excelência. Os cursos acontecem na sede da BASES e são elaborados de acordo com as diretrizes da Entidade e os resultados almejados.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) | 2012 foi um ano de conquistas para a T.I. da BASES no que se refere a segurança da informação, que deve ser entendida como parte fundamental da cultura interna da entidade. Concluímos mais uma etapa da virtualização dos nossos servidores, que permite, através do compartilhamento de hardware, a execução de inúmeros sistemas operacionais em um único equipamento. Com isto, simplificamos a nossa infraestrutura de T.I., criando um data center mais dinâmico, flexível e com um custo mais baixo.

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à preservação de nossas informações. Foram adquiridas unidades de armazenamento para salvaguardar e recuperar as nossas informações mais rapidamente. Promovemos também a terceirização no serviço guarda de mí-

dias, tais como fitas, microfilmes, CD's, DVD's.

UM NOVO JEITO DE COMUNICAR | A comunicação também teve foco em 2012. No último ano, a revista Mais BASES se consagrou como importante publicação semestral, que trouxe uma nova linguagem aos assuntos relevantes, como educação financeira e previdenciária, saúde e qualidade de vida, entretenimento e colunas sobre economia e finanças pessoais.

Em 2012 a BASES lançou o *Transparência*. Um veículo de comunicação especial criado para divulgarmos rapidamente informações importantes para o participante, sem precisar esperar a periodicidade dos meios de comunicação já existentes, como o e-BASES e a revista Mais BASES. O *Transparência* é enviado sempre que surgir um assunto relevante.

Destacamos também a introdução da revista Coquetel, iniciativa da Comissão Técnica Regional Abrapp de Comunicação e Marketing – Seccional Nordeste.

FATO RELEVANTE | Em agosto de 2012, a BASES recebeu uma Notificação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente ao período de 1992 a 1996, relativo ao processo Administrativo e Fiscal de nº 10580.732467/2001-53 que discutia a imunidade tributária que a BASES entendia já estar extinto em decorrência do formato da decisão judicial.

Pela importância do acontecimento, vale esclarecer que a BASES ajuizou, em 30.07.1991, Ação Declaratória nº 91.00.04230-7, distribuída ao juízo da 7ª Vara Federal de Salvador, para que fosse declarada a sua imunidade tributária. Em 25.08.1992, a BASES ajuizou Medida Cautelar Incidental à referida Ação Declaratória a fim de efetivar depósitos judiciais dos tributos questionados em juízo, o que, de fato, passou a ser realizado a partir de 06.10.1992. A Entidade desistiu dos processos, após a publicação da Medida Provisória 2222/2001 como regra para aderir ao RET - Regime Especial de Tributação que anistia juros e multas tendo em vista o juízo da maioria dos tributaristas de que não seria reconhecida a imunidade dos fundos de pensão, bem como havia entendimento de que o período de 1992 a 1996 teria decaído, fazendo com que a BASES adotasse medidas judiciais cabíveis para levantar o saldo dos depósitos. O

levantamento dos depósitos referentes ao período supracitado foi questionado pela Receita Federal do Brasil (RFB) com alegação de que os depósitos judiciais impedem a decadência do período, tendo a RFB autuado a Entidade no valor de R\$52.678 mil. Neste sentido, a BASES, após consulta e orientação de escritório especializado na área tributária, apresentou pedido de revisão do auto de infração, sem adentrar no julgamento quanto à legalidade do crédito tributário, requerendo a Revisão do Método de Apuração, ajustando-o aos ditames legais e ao entendimento já manifestado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN sobre o tema. O valor provisionado refere-se a R\$21.476 mil. No momento a BASES aguarda decisão do Recurso Administrativo junto à PGFN.

PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL | As tendências do mundo globalizado exigem cada vez mais efetividade no gerenciamento de documentos e informação. Além de patrimônio da empresa, cada documento é uma responsabilidade e exigência legal. Por isso, em 2012, reestruturamos a equipe responsável pela gestão do arquivo da BASES, que volta a ser coordenada por um profissional da área de Gestão Documental, com condições de avaliar e acompanhar a execução das etapas de organização da documentação.

Atualmente a Fundação tem um volume aproximado de 780.000 documentos catalogados, os quais já estão armazenados adequadamente com os recursos de tecnologias como a microfilmagem e digitalização. Para 2013 está prevista a continuidade do processo de microfilmagem e digitalização dos documentos. Pretende-se com isso um ganho de produtividade, maior organização do acervo de documentos, mais segurança, redução de custos com armazenamento e redução do espaço ocupado pelos documentos.

JURÍDICO | Em função do modelo de gestão proposta pela área jurídica, de uma consultoria mais participativa e transparente, e para cumprir o que determina o Estatuto e os Regulamentos da BASES, em setembro de 2012 foi elaborado um Plano de Ação para reavaliação, reorganização e acompanhamento minucioso dos processos jurídicos

e administrativos da Entidade. Para dar início ao processo de transformação, foram considerados os seguintes pressupostos: melhoria e reorganização dos arquivos, reavaliação e renovação dos contratos, defesa do fiel cumprimento da legislação que regulamenta o exercício da Previdência Privada.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | No segundo semestre de 2012, a Diretoria criou um grupo de trabalho para elaborar o primeiro Planejamento Estratégico da BASES. O grupo analisou a Fundação sob vários ângulos, levando em conta as condições internas e externas e sua evolução esperada. Foram consideradas premissas básicas que a Entidade deve respeitar para que todo o processo tenha coerência e sustentação, definindo seus rumos por meio de um direcionamento que possa ser monitorado nas suas ações.

Criado para contemplar os próximos cinco anos (2013 a 2017), o Planejamento Estratégico será revisto a cada ano, como forma de consolidar ou realinhar, se necessário, as diretrizes. Esses ajustes são essenciais para fortalecer nossa linha de atuação, tendo em vista que o cenário pode mudar rapidamente. O Planejamento é um compromisso dos Órgãos Estatutários, dos Gerentes e dos colaboradores com a perpetuação da BASES e com a qualidade dos serviços prestados. O processo de desenvolvimento do Planejamento Estratégico permitiu à Diretoria Executiva atuar de maneira mais presente desde a concepção das diretrizes até sua execução, maximizando a possibilidade de sucesso dos projetos proporcionando melhor alinhamento entre as áreas da Entidade. ■



Participantes e Benefícios

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

PARTICIPANTE/ANO	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos	134	144	668	697	802	841
Autopatrocinaados	10	9	33	33	43	42
Assistidos	1.137	1.132	249	239	1.386	1.371
TOTAL	1.281	1.285	950	969	2.231	2.254

DEVOLUÇÃO DE RESERVA DE POUPANÇA

	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Quantidade	1	3	14	33	15	36
TOTAL (R\$ mil)	65.269,36	11.491,73	2.381.989,54	4.195.697,54	2.447.258,90	4.207.189,27

DESPESAS PREVIDENCIAIS COM A FOLHA DE BENEFÍCIOS

PLANO BÁSICO	2012	2011
TIPO DE BENEFÍCIO	VALOR	
Tempo de Serviço	24.993.679,62	24.675.073,46
Idade	93.752,78	92.459,52
Invalidez	5.972.765,66	5.875.962,20
Pensão	4.518.988,55	4.449.609,19
TOTAL (R\$ mil)	35.579.186,61	35.093.104,37

PLANO MISTO	2012	2011
TIPO DE BENEFÍCIO	VALOR	
Tempo de Serviço	785.683,69	740.325,11
Pré-Invalidez	517.039,45	532.844,72
Invalidez	2.433.577,21	4.185.735,86
Pensão	264.476,01	244.571,21
TOTAL (R\$ mil)	4.000.776,36	5.703.476,90

RECEITAS

PLANO BÁSICO	2012	2011	PLANO MISTO	2012	2011
CONTRIBUIÇÕES	VALOR		CONTRIBUIÇÕES	VALOR	
Ativos	324.196,21	288.546,91	Ativos	1.867.120,03	1.839.534,63
Assistidos	2.172.598,36	1.760.539,46			
Patronal	775.706,45	706.316,70	Patronal	1.279.007,18	1.252.912,23
TOTAL (R\$ mil)	3.272.501,02	2.755.403,07	TOTAL (R\$ mil)	3.146.127,21	3.092.446,86

As receitas dos Planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinaados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

Demonstrativo de Investimentos

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO BÁSICO			EM R\$ MIL	
SEGMENTO	2012		2011	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
Renda Fixa	501.470.783	91,22%	487.048.607	90,94%
Renda Variável	66.600	0,01%	91.575	0,02%
Imóveis	40.585.193	7,38%	41.253.810	7,70%
Empréstimos	7.642.523	1,39%	7.185.700	1,34%
TOTAL PLANO BÁSICO	549.765.099	100,00%	535.579.692	100,00%

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO MISTO			EM R\$ MIL	
SEGMENTO	2012		2011	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
Renda Fixa	227.046.466	97,51%	212.574.388	97,56%
Empréstimos	5.801.924	2,49%	5.307.546	2,44%
TOTAL PLANO MISTO	232.848.390	100,00%	217.881.934	100,00%
TOTAL CONSOLIDADO	782.613.489		753.461.626	

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTOS	2012		2011	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
Renda Fixa	12.153.901	100%	11.542.230	100%
TOTAL PGA	12.153.901	100%	11.542.230	100%

RENTABILIDADE	2012	2011
PLANO BÁSICO	9,26%	11,68%
Meta Atuarial (INPC+5% a.a.)	11,51%	11,38%
PLANO MISTO	9,88%	9,25%
Meta Atuarial (IGPM+5% a.a.)	13,20%	10,36%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	8,34%	13,39%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	11,51%	11,38%

O desempenho dos Planos de Benefícios foi influenciado pela exposição em cotas de renda variável dos fundos de investimentos que fazem parte da carteira de renda fixa e, ainda, pela queda dos juros reais.

Política de Investimentos

ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO ANO 2012

SEGMENTOS	RESOL. 3792	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011	ENQUADRAMENTO BASES 2012		
			PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	91,22%	97,51%	100%
Renda Variável	70%	70%	0,01%	0,00%	0,00%
Invest. Estruturados	20%	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. no Exterior	10%	10%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo a Participantes	15%	15%	1,39%	2,49%	0,00%
Imóveis	8%	8%	7,38%	0,00%	0,00%

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2013

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2013 a 12/2013	INPC	Plano de Benefício Definido - Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2013 a 12/2013	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	5,00%
01/2013 a 12/2013	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa - PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 255ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 21/12/2012

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/01/2013 a 31/12/2013	Plano	Jorge Luiz de Souza	Diretor Administrativo e Financeiro

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

ALOCÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2013 a 12/2013

SEGMENTO	MÍNIMO%	MÁXIMO%	ALVO%
Renda Fixa	0,00	100,00	80,00
Renda Variável	0,00	20,00	20,00
Imóveis	0,00	8,00	8,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00	5,00
Investimentos Estruturados	0,00	20,00	5,00
Investimentos no Exterior	0,00	10,00	5,00

Os Planos de Benefícios realizam estudos de ALM.

O Plano de Gestão Administrativa só possui alocações de recursos no segmento de Renda Fixa.

A Política de Investimentos para o ano de 2013 está publicada na íntegra no site www.fundacaobaneb.com.br.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO			EM R\$ MIL		
ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	2012	2011		2012	2011
DISPONÍVEL	44	87	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.058	2.859
			Gestão Previdencial	2.590	2.439
REALIZÁVEL	796.581	766.366	Gestão Administrativa	468	416
Gestão Previdencial	2.043	1.372	Investimentos	-	4
Gestão Administrativa	273	330	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	27.593	2.516
Investimentos	794.265	764.664	Gestão Previdencial	6.117	2.516
Créditos Privados e Depósitos	29.710	27.384	Investimentos	21.476	-
Ações	67	92	PATRIMÔNIO SOCIAL	766.597	761.719
Fundos de Investimento	710.917	683.694	Patrimônio de Cobertura do Plano	753.197	748.843
Investimentos Imobiliários	40.621	41.307	Provisões Matemáticas	699.637	641.044
Empréstimos	12.950	12.187	Benefícios Concedidos	513.165	467.441
			Benefícios a Conceder	186.472	173.603
PERMANENTE	623	641	Equilíbrio Técnico	53.560	107.799
Imobilizado	623	641	Resultados Realizados	53.560	107.799
			Superávit Técnico Acumulado	53.560	107.799
			Fundos	13.400	12.876
			Fundo Previdencial	189	173
			Fundos Administrativos	12.582	12.096
			Fundos dos Investimentos	629	607
TOTAL DO ATIVO	797.248	767.094	TOTAL DO PASSIVO	797.248	767.094

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		VARIÇÃO %
	2012	2011	
A) Patrimônio Social - início do exercício	761.719	723.050	5,35
1. Adições	71.515	88.103	(18,83)
(+) Contribuições Previdenciais	5.603	5.421	3,36
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	62.463	77.611	(19,52)
(+) Receitas Administrativas	2.459	3.900	(36,95)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	968	1.112	(12,95)
(+) Constituição de Fundo de Investimentos	22	59	(62,71)
2. Destinações	(66.637)	(49.434)	34,80
(-) Benefícios	(47.039)	(46.058)	2,13
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	(13.070)	0	100,00
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(3.587)	(641)	459,59
(-) Despesas Administrativas	(2.941)	(2.735)	7,53
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social	4.878	38.669	(87,39)
(+/-) Provisões Matemáticas	58.593	51.346	14,11
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(54.239)	(15.028)	260,92
(+/-) Fundos Previdenciais	16	15	6,67
(+/-) Fundos Administrativos	486	2.277	(78,66)
(+/-) Fundos dos Investimentos	22	59	(62,71)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	766.597	761.719	0,64

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)		EM R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	2012	EXERCÍCIO 2011	VARIAÇÃO %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.096	9.819	23,19
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.427	5.012	(31,62)
1.1. Receitas	3.427	5.012	(31,62)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	988	912	8,33
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.416	2.767	(48,83)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	52	52	0,00
Resultado Positivo dos Investimentos	968	1.112	(12,95)
Outras Receitas	3	169	(98,22)
2. Despesas Administrativas	(2.941)	(2.735)	7,53
2.1. Administração Previdencial	(1.773)	(1.638)	8,24
Pessoal e Encargos	(888)	(795)	11,70
Treinamento/congressos e seminários	(81)	(70)	15,71
Viagens e estadias	(49)	(45)	8,89
Serviços de terceiros	(340)	(299)	13,71
Despesas gerais	(380)	(386)	(1,55)
Depreciações e amortizações	(35)	(43)	(18,60)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.168)	(1.097)	6,47
Pessoal e encargos	(617)	(613)	0,65
Treinamento/congressos e seminários	(50)	(43)	16,28
Viagens e estadias	(33)	(29)	13,79
Serviços de terceiros	(170)	(124)	37,10
Despesas gerais	(278)	(263)	5,70
Depreciações e amortizações	(20)	(25)	(20,00)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	486	2.277	(78,66)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	486	2.277	(78,66)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	12.582	12.096	4,02

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO BÁSICO		EM R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		VARIAÇÃO
	2012	2011	%
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	529.428	533.761	(0,81)
1. Provisões Matemáticas	454.040	449.467	9,78
1.1. Benefícios Concedidos	454.040	416.710	8,96
Benefício Definido	988	416.710	8,96
1.2. Benefício a Conceder	39.375	32.757	20,20
Benefício Definido	39.375	32.757	20,20
2. Equilíbrio Técnico	36.013	84.294	(57,28)
2.1. Resultados Realizados	36.013	84.294	(57,28)
Superávit Técnico Acumulado	36.013	84.294	(57,28)
Reserva de Contingência	36.013	84.294	(57,28)

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO MISTO		EM R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		VARIAÇÃO
	2012	2011	%
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	223.769	215.082	4,04
1. Provisões Matemáticas	206.222	191.577	7,64
1.1. Benefícios Concedidos	59.125	50.731	16,55
Benefício Definido	59.125	50.731	16,55
1.2. Benefício a Conceder	147.097	140.846	4,44
1.2.1 Contribuição Definida	107.614	101.926	5,58
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	16.135	14.881	8,43
Saldo de Contas - Parcela Participantes	91.479	87.045	5,09
1.2.2 Benefício Definido	39.483	38.920	1,45
2. Equilíbrio Técnico	17.547	23.505	(25,35)
2.1. Resultados Realizados	17.547	23.505	(25,35)
Superávit Técnico Acumulado	17.547	23.505	(25,35)
Reserva de Contingência	17.547	23.505	(25,35)

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BÁSICO		EM R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	2012	2011	%
1. Ativos	555.641	540.726	2,76
Disponível	43	55	(21,82)
Recebível	6.090	5.264	15,69
Investimento	549.508	535.407	2,63
Créditos Privados e Depósitos	29.198	26.911	8,50
Ações	67	92	(27,17)
Fundos de Investimento	472.230	460.083	2,64
Investimentos Imobiliários	40.621	41.307	(1,66)
Empréstimos	7.392	7.014	5,39
2. Obrigações	21.592	2.474	772,76
Operacional	388	388	0,00
Contingencial	21.204	2.086	916,49
3. Fundos não Previdenciais	4.621	4.491	2,89
Fundos Administrativos	4.550	4.374	4,02
Fundos dos Investimentos	71	117	(39,32)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	529.428	533.761	(0,81)
Provisões Matemáticas	493.415	449.467	9,78
Superávit/Déficit Técnico	36.013	84.294	(57,28)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO MISTO		EM R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	2012	2011	%
1. Ativos	241.139	225.952	6,72
Disponível	1	10	(90,00)
Recebível	8.535	8.203	4,05
Investimento	232.603	217.739	6,83
Fundos de Investimento	227.045	212.566	6,81
Empréstimos	5.558	5.173	7,44
2. Obrigações	8.591	2.485	245,71
Operacional	2.202	2.055	7,15
Contingencial	6.389	430	1.385,81
3. Fundos não Previdenciais	8.590	8.212	4,60
Fundos Administrativos	8.032	7.722	4,01
Fundos dos Investimentos	558	490	13,88
5. Ativo Líquido (1-2-3)	223.958	215.255	4,04
Provisões Matemáticas	206.222	191.577	7,64
Superávit/Déficit Técnico	17.547	23.505	(25,35)
Fundos Previdenciais	189	23.505	9,25

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BÁSICO		EM R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		VARIAÇÃO
	2012	2011	%
A) Ativo Líquido - início do exercício	533.761	508.986	4,87
1. Adições	47.096	61.510	(23,43)
(+) Contribuições	3.318	3.185	4,18
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.778	58.325	(24,94)
2. Destinações	(51.429)	(36.735)	40,00
(-) Benefícios	(37.444)	(35.680)	4,94
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(9.920)	-	100,00
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(3.568)	(614)	481,11
(-) Custeio Administrativo	(497)	(441)	12,70
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(4.333)	(24.775)	(117,49)
(+/-) Provisões Matemáticas	43.948	39.627	10,90
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(48.281)	(14.852)	225,08
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	529.428	533.761	(0,81)
C) Fundos não previdenciais	4.621	4.491	2,89
(+/-) Fundos Administrativos	4.550	4.374	4,02
(+/-) Fundos dos Investimentos	71	117	(39,32)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO MISTO		EM R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		VARIAÇÃO
	2012	2011	%
A) Ativo Líquido - início do exercício	215.255	203.697	6,08
1. Adições	21.958	22.433	(2,12)
(+) Contribuições	3.273	3.147	4,00
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	18.685	19.286	(3,12)
2. Destinações	(13.255)	(10.875)	21,89
(-) Benefícios	(9.595)	(10.378)	(7,54)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(3.150)	-	-
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(19)	(27)	(29,63)
(-) Custeio Administrativo	(491)	(470)	4,47
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	8.703	11.558	(24,70)
(+/-) Provisões Matemáticas	14.645	11.719	24,97
(+/-) Fundos Previdenciais	16	15	6,67
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(5.958)	(176)	3.285,23
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	223.958	215.255	5,67
C) Fundos não previdenciais	8.590	8.212	4,60
(+/-) Fundos Administrativos	8.032	7.722	4,01
(+/-) Fundos dos Investimentos	558	490	13,88

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEDE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar -SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários, a BANEDE Corretora de Seguros S/A e a Fundação BANEDE de Seguridade Social – BASES, de acordo com os respectivos Convênios de Adesão; figurando, ainda, como membro da Entidade, o Banco Alvorada S/A, sucessor por cisão do extinto BANEDE – que teve seu convênio de adesão cancelado, nos termos do artigo 11 do Estatuto e 13 do Regulamento Básico da BASES vigentes à época da privatização –, atuando como Patrocinador desta, não existindo, em relação aos planos de benefícios, os Convênios de Adesão de que trata o art. 13 da Lei Complementar 109/2001.

Conforme previsto no Artigo 26, parágrafo 2º do Estatuto da BASES, e, a pedido da Diretoria Executiva anterior, o Presidente do Banco Alvorada procedeu alteração na composição dos Órgãos Estatuários, destituindo e nomeando representantes, por ele indicados, cujos mandatos se iniciaram em 27 de abril de 2012 e se encerrarão em (05) cinco anos para os membros do Conselho Deliberativo, (03) três anos para os membros do Conselho Fiscal e (04) quatro anos para a Diretoria Executiva.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no art. 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998. O Plano Básico continua a funcionar normalmente, apenas não são aceitas novas inscrições de participantes e patrocinadores.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2012, a BASES possui um total de 2.231 participantes (2.254 em 2011), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

PARTICIPANTE/ANO	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos	134	144	668	697	802	841
Autopatrocinados	10	9	33	33	43	42
Assistidos	1.137	1.132	249	239	1.386	1.371
TOTAL	1.281	1.285	950	969	2.231	2.254

Notas Explicativas

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa - PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

Demonstrações Contábeis

São apresentados de forma consolidada, em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a NBC TE 11 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativas aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Adicionalmente, são apresentadas de forma segregada por plano de benefício, as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)
As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado dos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA - Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

Notas Explicativas

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- Gestão Previdencial: O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- Gestão Administrativa: O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Investimentos: Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos - realizável segundo as duas categorias a saber:

Títulos para negociação - títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- Renda Fixa: As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata dia" até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- Ações: Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- Investimentos Imobiliários: Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- Empréstimos: Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescido dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações

Notas Explicativas

vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

A depreciação é calculada de acordo com as taxas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventiladores – refrigeradores de ar	25%
Sistema de segurança	10%
Softwares	20%
Edificações	02%

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

- Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

- Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

O resultado do exercício é incorporado à reserva de contingência, até o limite de 25% das rovisões matemáticas, sendo o excedente alocado à reserva para revisão do plano.

i.2) Fundos

- Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2012	2011
Plano Básico		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	29	30
Custeio administrativo antecipado	-	9
Depósitos Judiciais/Recursais	1.512	852

Notas Explicativas

Total Plano Básico	1.541	891
Plano Misto		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	176	178
Custeio administrativo antecipado	6	9
Depósitos Judiciais/Recursais	320	294
Total Plano Misto	502	481
Total Realizável da Gestão Previdencial	2.043	1.372

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2012	2011
Contas a receber		
. Responsabilidade de Empregados	9	1
Depósitos Judiciais/Recursais	11	5
Custeio PGA	253	324
Total PGA	273	330
Total Realizável da PGA	273	330

7. INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios da Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

	2012	2011
Plano Básico		
. Certificados Privados e Depósitos	29.198	26.911
. Ações	67	92
. Fundos de Investimentos	472.230	460.083
. Investimentos Imobiliários	40.621	41.307
. Empréstimos	7.392	7.014
Total do plano básico	549.508	535.407
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	227.045	212.566
. Empréstimos	5.558	5.173
Total do plano misto	232.603	217.739
Plano de Gestão Administrativa - PGA		
. Certificados Privados e Depósitos	512	473
. Fundos de Investimentos	11.642	11.045
Total do plano de gestão administrativa	12.154	11.518
Total de Investimentos	794.265	764.664

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados - CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras classificadas como títulos mantidos até o vencimento correspondem a 53,28% e as classificadas como para negociação correspondem a 46,72%. Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a

Notas Explicativas

seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

	Custo		Vencimento		2011	2012
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Plano Básico						
Fundos de Investimento						
Ações	-	-	-	-	-	8
Fundos - RF	1.257	1.257	-	-	1.257	1.499
Fundos - RV	26.051	26.051	-	-	26.051	32.354
CDB	344	351	-	-	351	4.750
CDB-Pos Sub	25.716	-	36.089	-	36.089	33.080
CDB-C Sub	10.665	-	15.989	-	15.989	14.749
Debêntures	20.312	-	20.081	385	20.466	24.321
LF-Pos	10.612	-	11.369	-	11.369	16.610
LF-Sub	13.800	-	14.268	-	14.268	14.246
LFT	-	-	-	-	-	250.708
LTN	-	-	-	-	-	25.648
NTN-B	285.485	-	-	292.469	292.469	14.105
NTN-C	1.030	-	-	1.670	1.670	1.297
LTN-O	-	-	-	-	-	26.708
Operações compromissadas	52.285	52.251	-	-	52.251	-
Subtotal Fundos de Investimento	447.557	79.910	97.796	294.524	472.230	460.083
Certificados Privados e Depósitos						
CDB Caixa	28.329	-	29.198	-	29.198	26.911
Total do plano	475.886	79.910	126.994	294.524	501.428	486.994

	Custo		Vencimento		2011	2012
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Plano Misto						
Fundos de Investimento						
FIDC	503	503	-	-	503	600
Fundos - RV	20.483	20.483	-	-	20.483	14.327
CDB	163	166	-	-	166	1.636
CDB-Pos-Sub	11.574	-	21.123	-	21.123	19.361
CDB-C Sub	7.727	-	11.635	-	11.635	10.733
Debêntures	7.164	-	6.944	181	7.125	9.538
LF-Pos	5.902	2.316	4.097	-6.413	2.126	-
LF-Sub	3.300	-3.434	-	-3.434	3.439	-
LFT	-	-	-	-	-	116.767
LTN	-	-	-	-	-	10.451
NTN-B	137.692	-	-	141.060	141.060	6.096
NTN-C	441	-	-715	715	-	557
LTN-O	-	-	-	-	-	16.935
Operações compromissadas	14.407	14.389	-	-	14.389	-
Total do plano	209.356	37.857	47.233	141.956	227.046	212.566
Total dos planos previdenciais	685.242	117.767	174.227	436.480	728.474	699.560

Plano de Gestão Administrativa

Notas Explicativas

CDB	430	512	-	-	512	473
Bradesco F. I. REF DI FED Extra	10.381	11.641	-	-	11.641	11.045
Total do plano	10.811	12.153	-	-	12.153	11.518

Total dos títulos para negociação	696.053	129.920	174.227	436.480	740.627	711.078
-----------------------------------	---------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

b) Ações

	2012	2011
Plano Básico		
. Ações no mercado à vista	67	92
Total do plano básico	67	92
Total de Investimentos	67	92

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, e estão assim distribuídos:

	2012	2011
Plano Básico		
Alugueis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	19.291	19.500
. Locados a Terceiros	12.540	12.817
. Alugueis a Receber	36	53
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.207	3.269
. Complexo Hoteleiro	5.547	5.668
Total de Investimentos Imobiliários	40.621	41.307

8. PERMANENTE (PGA)

	2012	2011
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	2	-
Máquinas e Equipamentos	19	13
Equipamentos de Informática	44	45
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	7	11
Software	12	20
Sistema de Segurança	9	5
Total de bens móveis	93	94
Bens Imóveis		
Imóvel de Uso Próprio	530	547
Total de bens imóveis	530	547
Total do Permanente	623	641

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

	2012	2011
Plano Básico		
Benefícios a pagar	169	179
Retenções a recolher	65	-
Outras exigibilidades	154	206
Total do Plano Básico	388	385
Plano Misto		
Benefícios a pagar	2.056	1.919
Retenções a recolher	47	15

Notas Explicativas

Outras exigibilidades	99	120
Total do Plano Misto	2.202	2.054
	2.590	2.439

10.EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2012	2011
Despesas de pessoal	408	383
Retenções a recolher	47	21
Fornecedor	6	-
Outros	7	12
Total do Exigível Operacional - Gestão Administrativa	468	416

11.EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Plano Básico		
Provisão		
. Aposentadoria por tempo de contribuição (a)	1.280	1.177
. Benefícios previdenciários (b)	4.389	905
. Outros	-	4
Total do Plano Básico	5.669	2.086
	2011	2012
Plano Misto		
Provisão		
. Benefícios previdenciários (b)	448	430
Total do Plano Misto	448	430
Total do Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	6.117	2.516

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição

Valor correspondente aos processos impetrados por participantes pleiteando obtenção do benefício de gozo ou suplementação de aposentadoria.

(b) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

12.EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Plano Básico		
Provisão		
. Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	15.536	-
Total do Plano Básico	15.536	-
Plano Misto		
Provisão		

Notas Explicativas

. Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	5.940	-
Total do Plano Misto	5.940	-
Total do Exigível Contingencial de Investimentos	21.476	-

Em 30.07.1991 a BASES ajuizou a Ação Declaratória nº 91.00.04230-7, distribuída ao juízo da 7ª Vara Federal de Salvador, para que fosse declarada a sua imunidade tributária. Em 25.08.1992, a BASES ajuizou Medida Cautelar Incidental à referida Ação Declaratória a fim de efetivar depósitos judiciais dos tributos questionados em juízo, o que, de fato, passou a ser realizado a partir de 06.10.1992. A Entidade desistiu dos processos, após a publicação da Medida Provisória 2222/2001 como regra para aderir ao RET - Regime Especial de Tributação que anistiava juros e multas tendo em vista o juízo da maioria dos tributaristas de que não seria reconhecida a imunidade dos fundos de pensão, bem como havia entendimento de que o período de 1992 a 1996 teria decaído, fazendo com que a BASES adotasse medidas judiciais cabíveis para levantar o saldo dos depósitos. O levantamento dos depósitos referentes ao período supracitado foi questionado pela Receita Federal do Brasil (RFB), com alegação de que os depósitos judiciais impedem a decadência do período, tendo a RFB atuado a Entidade no valor de R\$52.678 mil. Neste sentido, a BASES, após consulta e orientação de escritório especializado na área tributária, apresentou pedido de revisão do auto de infração, sem adentrar no julgamento quanto à legalidade do crédito tributário, requerendo a Revisão do Método de Apuração, ajustando-o aos ditames legais e ao entendimento já manifestado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN sobre o tema. O valor ora provisionado refere-se a R\$21.476 mil. No momento a BASES aguarda decisão do Recurso Administrativo junto à PGFN.

13.PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

13.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A reserva de contingência é acumulada até atingir o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das provisões matemáticas, conforme legislação vigente.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Plano Básico		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	454.040	416.710
. Benefícios a conceder	39.375	32.757
Total das Provisões Matemáticas	493.415	449.467
Superávit Técnico Acumulado		
. Reserva de Contingência	36.013	84.294
	36.013	84.294
Fundos		
. Fundo de Investimentos	71	117
	71	117
Total do Plano Básico	529.499	533.878
	2012	2011
Plano Misto		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	59.125	50.731
. Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas – Parcela Patrocinador	16.135	14.881
Saldo de contas – Parcela Participantes	91.479	87.045
Benefício Definido	39.483	38.920
Total das Provisões Matemáticas	206.222	191.577

Notas Explicativas

Superávit Técnico Acumulado

. Reserva de Contingência	17.547	23.505
	17.547	23.505
Fundos		
. Fundo Previdencial	189	173
. Fundo de Investimentos	558	490
	747	663
Total do Plano Misto	224.516	215.745

Plano de Gestão Administrativa

Fundos		
. Fundo Administrativo	12.582	12.096
Total do PGA	12.582	12.096
Total do Patrimônio Social	766.597	761.719

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2012 e 2011:

Plano Básico

	2012	2011
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5% Light	Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	Nulo	Nulo
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83 (desagravada em 10%)	A T - 83

Plano Misto

	2012	2011
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte	Light Forte
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83 (desagravada em 10%)	AT - 83

A Administração entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores.

O Fundo de Sobras de Contribuição Patronal (fundos previdenciais), constituído no Plano Misto, refere-se às contribuições dos Patrocinadores que não puderam ser resgatadas pelos participantes que se desligaram dos seus respectivos planos previdenciais.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

14. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e bens do permanente por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Investimentos

Em dezembro de 2012 os investimentos consolidados da BASES atingiram o montante de aproximadamente R\$ 794.265, conforme a seguinte distribuição: 93,25% no segmento de renda fixa; 0,01% no segmento de renda variável; 5,11% no segmento Imobiliário; e 1,63% no segmento de empréstimos a participantes.

Rentabilidade

A rentabilidade dos investimentos do Plano de Benefício Definido, Plano Básico, nesse mesmo período, foi de 9,26%, contra uma necessidade atuarial (INPC+5% a.a.) de 11,51% no mesmo período, performando abaixo da meta do ano em 2,02%. Esse desempenho foi influenciado pela exposição em cotas de renda variável dos fundos de investimentos que fazem parte da carteira de renda fixa e, ainda, pela queda dos juros reais.

A rentabilidade dos investimentos do Plano de Contribuição Definida, Plano Misto I, no ano de 2012, foi de 9,88%, contra uma necessidade atuarial (IGPM+5% a.a.) de 13,20% no mesmo período, performando, assim, abaixo da meta atuarial do ano em 2,93%. Esse desempenho foi influenciado pela exposição em cotas de renda variável dos fundos de investimentos que fazem parte da carteira de renda fixa e, ainda, pela queda dos juros reais.

A Administração da BASES sempre procurou maximizar sua rentabilidade, utilizando todos os instrumentos possíveis oferecidos pelo mercado, para a boa condução dos seus negócios, mantendo sempre o seu perfil conservador e buscando a preservação dos recursos garantidores das reservas técnicas dos respectivos planos de benefícios.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra m tal intenção.

Em 07 de julho de 2006, foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa; reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nºs 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

A BASES interpôs dois Recursos Administrativos. O primeiro foi negado provimento. O segundo, dirigido ao órgão recursal denominado CGPC, que veio a ser extinto sem ter concluído o julgamento desse Recurso. Assim, houve o encaminhamento do Recurso ao Ministro da Previdência Social, que se manifestou pelo não cabimento do Recurso, alegando esgotamento da via administrativa.

Discordando com o teor dessas Portarias, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

A BASES continua aguardando decisão referente a Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Dirlene Rios da Silva
Presidente

Jorge Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA-11236/O-0

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.860.002-65

CPF do atuário: 405.910.507-49

CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2012

Data do Cadastro: 31/10/2012

Data da Avaliação: 31/12/2012

Observações: Base outubro de 2012, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2012. Plano em extinção desde 01/07/1998.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 150

Observações: calculado com base no resultado do fluxo probabilístico de despesas previdenciárias do Plano.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores: BANEBCORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18

FUNDAÇÃO BANEBCORRETORA DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 149 (137 Ativos / Autopatrocinaados + 10 Icefbianos + 2 Benefícios Proporcionais Diferidos).

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 629.700,57 = R\$ 8.186.107,42$

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, a preços de 31/12/2012.

a) Seção das hipóteses atuariais:

a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4,57% ao ano.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a taxa real anual de juros esperada de 5% e a ocorrida de 4,57% deve-se à rentabilidade líquida do Plano calculada, no valor de 9,74% ter ficado abaixo da meta da área de investimentos de 11,24% (INPC acumulado de dez/2011 a nov/2012, calculado com um mês de defasagem, utilizada na sua aplicação como indexador mais juros reais de 5% ao ano), devendo ser destacado que aproximadamente 35% dos títulos de renda fixa desse Plano continuaram a ser precificados a preço de mercado no ano de 2012.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros já foi ajustada anteriormente para 5% ao ano, levando em consideração a tendência de redução da taxa real de retornos dos investimentos no Brasil presente na época. Em nosso posicionamento sobre essa hipótese, indicamos que durante o exercício de 2013, os consultores financeiros da BASES, partindo do fluxo de receitas e de despesas desse Plano, venham a verificar a viabilidade de se obter rentabilidade real líquida de 5% ao ano, ao longo dos anos futuros, levando em consideração os títulos já existentes em carteira e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano de Benefício Definido, fechado desde 01/07/1998 a novas adesões de participantes, bem como a redução, pelo Governo Federal, da taxa de juros que remunera os títulos públicos de longo prazo e o que está estabelecido na atual legislação em vigor, que reduziu a taxa máxima de juros a ser adotada nas avaliações atuariais nos próximos anos.

Justificativa EFPC: A rentabilidade real líquida acumulada, nos últimos 5 anos, mesmo incluindo o ano de 2008 em que se registrou forte perda na rentabilidade, esteve, em média, acima da meta atuarial de 5% ao ano de taxa de juros real, tomando como indexador o INPC do IBGE defasado de 1 (um) mês, o que indica uma expectativa de que essa meta atuarial de 5% ao ano possa ser alcançada ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano e que neste contexto, a manutenção da Taxa Real de Descontos / Juros, no patamar de 5% ao ano, deve passar

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

pela avaliação dos estudos econômicos / financeiros de ALM (Asset Liability Management) sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 0% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,72%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade esperada no exercício seguinte de 0% ao ano, com base em informações apresentadas pelo Patrocinador, e a quantidade ocorrida no exercício encerrado, foi calculada levando em consideração a relação entre os Salários Reais de Contribuição, informados no cadastro da BASES para os participantes ativos, de outubro/2012 e outubro/2011, expurgado o efeito da inflação do período.

Opinião do Atuário: Este procedimento foi adotado de acordo com informações apresentadas pelo Patrocinador, considerando que, por se tratar de hipótese econômico-financeira, no que o Patrocinador entender guardar relação com suas respectivas atividades, deverá apresentar manifestação por escrito sobre a utilização destas hipóteses na avaliação atuarial do ano de 2012, nos termos do subitem 1.1. do Regulamento apresentado no Anexo da Resolução CGPC / MPS Nº18 de 28/03/2006.

Justificativa EFPC: Este procedimento foi adotado de acordo com informações apresentadas pelo Patrocinador.

a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese.

a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 97%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2012, medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, ficou próxima de 6% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano (em fase de extinção desde 01/07/1998) e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: O Fator de Capacidade dos benefícios utilizado projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do campo de variação de meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil e mais próxima do limite inferior desta variação, o que representa maior segurança na apuração dos compromissos do plano.

a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)

Valor: Nula.

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver a opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 01/07/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com o Patrocinador antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

Justificativa EFPC: A hipótese adotada atende a declaração do patrocinador quanto às suas práticas de rotatividade de empregados e é condizente com os testes de aderência realizados pelo Consultor Técnico responsável pelo Plano de Benefícios e que leva em consideração o fato do plano ser fechado a novas adesões.

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: "qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 9,53.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença no número de ocorrências entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício seguinte, é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentado pelo JM/3243/2012 de 13/11/2012, que tomou por base o comportamento da Mortalidade Geral do final de 2007 ao final de 2011.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/3243/2012 de 13/11/2012, o estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas vitalícios não inválidos, entre 31/12/2007 e 31/12/2011, que nos levou à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%" é a tábua que mais apresenta aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas não inválidos, sendo desta forma, a tábua que deve ser adotada na avaliação atuarial do exercício de 2012.

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 (masculina) desagravada em 10% à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: " da AT-83 (masculina) desagrava em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,77.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença no número de ocorrências entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício seguinte, é compatível com os testes de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentados pelos JM/3243/2012 de 13/11/2012, que tomou por base o comportamento da Mortalidade de Inválidos do final de 2007 ao final de 2011.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos " da AT-83 (masculina) desagravada em 10%", por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da "qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%", só que com um nível de mortalidade algo mais elevado.

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade de inválidos " da AT-83 (masculina) desagravada em 10%" à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há diferença a ser comentada.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/3575/2011 de 16/12/2011, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5% é aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5% por ser esta, uma premissa mais conservadora.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há divergência a ser comentada.

Opinião do Atuário: Está sendo adotada a família efetiva para os Benefícios de Pensões por Morte já Concedidas na avaliação atuarial de 31/12/2012. Dessa forma, os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e os Benefícios de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista, o que será objeto de análise nos próximos exercícios a fim de ajustar toda a avaliação atuarial dos benefícios já concedidos pelo Plano utilizando a composição familiar efetiva com base no cadastro da BASES.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2012, a BASES efetuou o recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário, alterou a hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de pensão por morte de participante já concedidos.

a.10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,96%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 5,96% corresponde ao INPC-IBGE, de dezembro/2011 a novembro/2012, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O indexador em questão se baseia na projeção de que a política de reajuste dos benefícios da Previdência Social tomará por base a inflação dada pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 22

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores que levam a que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

b) Seção dos Benefícios:

b.1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 592
Valor médio do benefício: R\$ 3.485,48
Idade média dos assistidos: 68 anos

b.2) Benefício: Aposentadoria por Idade

Quantidade de benefícios concedidos: 10
Valor médio do benefício: R\$ 782,38
Idade média dos assistidos: 74 anos

b.3) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 349
Valor médio do benefício: R\$ 1.442,09
Idade média dos assistidos: 59 anos

b.4) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 183
Valor médio do benefício: R\$ 2.059,68
Idade média dos assistidos: 62 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos: -

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ 317.647.483,01

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 136.392.337,21

PMBaC

CD

Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor: -

Saldo de Contas - parcela Participantes: -

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 29.366.400,21

VACF Patrocinadores: R\$ (404.737,62)

VACF Participantes: R\$ (238.098,50)

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 10.890.109,97

VACF Patrocinadores: R\$ (150.091,16)

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

VACF Participantes: R\$ (88.267,75)

Custo do Ano

% Custo Normal dos Participantes Não Assistidos × (13 × Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2012)

$14,256\% \times (13 \times R\$ 629.700,57) = R\$ 1.167.011,47$

% Custo Normal dos Participantes Assistidos × (13 × Folha de Benefícios de Participantes Assistidos a preços de 31/12/2012)

$8,00\% \times (13 \times R\$ 2.574.519,30) = R\$ 2.677.500,07$

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

NOTA: Não há contratos para serem preenchidos neste campo, conforme informado pela BASES.

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 529.428.511,88 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Saldo:

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -

Participantes Ativos: -

Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -

Resultado negativo do exercício: R\$ 48.280.066,41 (*1)

Déficit Técnico: R\$ -

Reserva de Contingência: R\$ 36.013.376,51 (*1)

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

(*1) Valores obtidos a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2011 e de 31/12/2012, informados pela BASES.

V - PLANO DE CUSTEIO (a preços de 31/12/2012):

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)

8,988% \times (13 \times R\$ 629.700,57) = R\$ 735.767,33

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: -

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado: -

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades: -

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)

5,268% \times (13 \times R\$ 629.700,57) = R\$ 431.244,14.

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: -

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -
- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -
- 9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido \times (13 \times Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)
 $8,00\% \times (13 \times R\$ 2.574.519,30) = R\$ 2.677.500,07$

- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -
- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2013.

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.980.037-11
CPF do atuário: 405.910.507-49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2012
Data do Cadastro: 31/10/2012
Data da Avaliação: 31/12/2012
Observações: Base outubro de 2012, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2012.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 169
Observações: calculado com base no resultado do fluxo probabilístico de despesas previdenciárias do Plano que são estruturadas na modalidade de Benefícios Definidos.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores:

BANEB CORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18

FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 745

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 3.252.372,66 = R\$ 42.280.844,58$

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, a preços de 31/12/2012.

a) Seção das hipóteses atuariais:

a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,72%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a taxa real anual de juros esperada de 5% e a ocorrida de 2,72%, deve-se à rentabilidade nominal líquida do Plano calculada, no valor de 9,87% ter ficado abaixo da meta da área de investimentos de 12,31% (IGP-M da FGV acumulado de dez/2011 a nov/2012, calculado com um mês de defasagem, utilizada na sua aplicação como indexador mais juros reais de 5% ao ano), devendo ser destacado que aproximadamente 38% dos títulos de renda fixa desse Plano continuaram a ser precificados a preço de mercado no ano de 2012.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros já foi ajustada para 5% ao ano, levando em consideração a tendência de redução da taxa real de retornos dos investimentos no Brasil. Em nosso posicionamento sobre essa hipótese, indicamos que durante o exercício de 2013, os consultores financeiros da BASES, partindo do fluxo de receitas e de despesas desse Plano, venham a verificar a viabilidade de se obter rentabilidade real líquida de 5% ao ano, ao longo dos anos futuros, levando em consideração os títulos já existentes em carteira e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano Misto de Benefício, bem como a redução, pelo Governo Federal, da taxa de juros que remunera os títulos públicos de longo prazo e o que está estabelecido na atual legislação em vigor, que estabeleceu redução na taxa máxima de juros a ser adotada nas avaliações atuariais nos próximos anos.

Justificativa EFPC: A rentabilidade real líquida acumulada, nos últimos 5 anos, mesmo incluindo o ano de 2008 em que se registrou forte perda na rentabilidade, esteve, em média, acima da meta atuarial de 5% ao ano de taxa de juros real, tomando como indexador o IGP-M da FGV defasado de 1 (um) mês, o que indica uma expectativa de que essa meta atuarial de 5% ao ano possa ser alcançada ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano e que neste contexto, a manutenção da Taxa Real de Descontos / Juros, no patamar de 5% ao ano, deve passar pela avaliação dos estudos econômicos / financeiros de ALM (Asset Liability Management) sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,20%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2012, medida pelo IGP-M da FGV aplicado com 1 mês de defasagem, ficou próxima de 7% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: O Fator de Capacidade dos benefícios utilizado projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do campo de variação de meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil e mais próxima do limite inferior desta variação, o que representa maior segurança na apuração dos compromissos do plano.

a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: "qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,31.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença no número de ocorrências entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício seguinte, é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentado pelo JM/3243/2012 de 13/11/2012, que tomou por base o comportamento da Mortalidade Geral do final de 2007 ao final de 2011.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/3243/2012 de 13/11/2012, o estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas vitalícios não inválidos, entre 31/12/2007 e 31/12/2011, que nos levou à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%" é a tábua que mais apresenta aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas não inválidos, sendo desta forma, a tábua que deve ser adotada nesta avaliação atuarial do exercício de 2012. A Tábua de Mortalidade Geral adotada no Plano Misto de Benefícios da BASES não afeta a determinação do valor atual das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder estruturadas nas modalidades de Contribuição Definida Pura e Contribuição Variável, sendo utilizada para fins de cálculo dos benefícios estruturados na modalidade de Benefícios Definidos.

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 (masculina) desagravada em 10% à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ da AT-83 (masculina) desagrava em 10%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,94.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença no número de ocorrências entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício seguinte, é compatível com os testes de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentados pelos JM/3243/2012 de 13/11/2012, que tomou por base o comportamento da Mortalidade de Inválidos do final de 2007 ao final de 2011.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos “ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado.

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade de inválidos “ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%” à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE)

Quantidade esperada no exercício seguinte: 8,81.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 13.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado é compatível com o resultado do teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez, apresentado pelo JM/3575/2011 de 16/12/2011, que tomou por base a massa de Participantes Não Assistidos no período de 2006 a 2011.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/3575/2011 de 16/12/2011, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) é aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) por ser esta, uma premissa mais conservadora.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há divergência a ser comentada.

Opinião do Atuário: Está sendo adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, com base no cadastro da BASES. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2012, a BASES efetuou o recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário, alterou a hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de pensão por morte de participante.

a.10) Hipótese: Indexador do Plano

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

Valor: IGP-M da FGV (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,96%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 6,96%, corresponde ao IGP-M da FGV, de dezembro/2011 a novembro/2012, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um nível oficial de inflação, calculado pelo IGP-M, que expressa a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o Regulamento de Benefícios do Plano, o IGP-M da FGV é o Indexador estabelecido para recompor o valor dos benefícios de prestação continuada.

a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 22

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Considerando a modalidade em que é estruturado o Plano, o valor das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

b) Seção dos Benefícios:

b.1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 41

Valor médio do benefício: R\$ 1.924,87

Idade média dos assistidos: 61 anos

b.2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 158

Valor médio do benefício: R\$ 1.376,04

Idade média dos assistidos: 56 anos

b.3) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 13

Valor médio do benefício: R\$ 1.860,19

Idade média dos assistidos: 51 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos: -

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ 12.030.959,55

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 47.094.467,43

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

PMBaC

CD (*1)

Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 16.135.111,38

Saldo de Contas - parcela Participantes: R\$ 91.479.136,36

(*1) Como se trata de Benefício que, ao ser concedido se converte em Benefício Definido, há necessidade de que esse saldo seja base de cálculo do limite máximo de 25% das Provisões Matemáticas estabelecido para Reserva de Contingência, em caso de sua existência, e, neste contexto, deverá ser analisada, a reclassificação desses saldos de contas como sendo BD e não CD.

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 34.376.350,58

VACF Patrocinadores: R\$ -

VACF Participantes: R\$ -

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 6.033.644,18

VACF Patrocinadores: R\$ (927.353,44)

VACF Participantes: R\$ -

Custo do Ano

% Custo Normal \times (13 \times Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2012)

$7,031\% \times (13 \times R\$ 3.252.372,66) = R\$ 2.972.766,18$

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

Valor: -

Prazo: -

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 223.768.970,54 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Saldo:

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -

Participantes Ativos: -

Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -

Resultado negativo do exercício: R\$ 5.958.270,71 (*1)

Déficit Técnico: R\$ -

Reserva de Contingência: R\$ 17.546.654,50 (*1)

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

(*1) Valores obtidos a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2011 e de 31/12/2012 informados pela BASES.

V - PLANO DE CUSTEIO (a preços de 31/12/2012):

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)

Demonstrações Atuariais

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL DO PLANO MISTO

$3,400\% \times (13 \times R\ \$ 3.252.372,66) = R\ \$ 1.437.548,72$

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: -

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado: -

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades: -

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo $\times (13 \times \text{Folha de Salário dos Participantes Ativos})$

$3,631\% \times (13 \times R\ \$ 3.252.372,66) = R\ \$ 1.535.217,47$

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: -

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos: -

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: -

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2013.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2013

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Pareceres e Relatórios

PARECER ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

1. CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 14,256% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios).

2) O custo total reavaliado de 14,256% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2013, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,256% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2012, de 14,256% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2012.

2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2011 para o final do ano 2012, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

Referência	(valores em R\$)	31/12/2011	31/12/2012	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos		416.710.210,00	454.039.820,22	8,96%
Provisão de Benefícios a Conceder		32.757.227,00	39.375.315,15	20,20%
Provisão Matemática a Constituir		-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)		449.467.437,00	493.415.135,37	9,78%

3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 01/07/1998, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção das Tábuas de Mortalidade Geral AT2000 desagravada em 10%, de Inválidos AT83 desagravada em 10% e da adoção da composição familiar efetiva, com base no cadastro da BASES, para avaliar os benefícios já concedidos de pensão por morte deste Plano, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2013 as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma estabelecida na Instrução Normativa Nº 28/2008 de 30/12/2008 – D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 36.013.376,51, equivalente a 6,80% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 529.428.511,88.

2) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2012 pelo Patrimônio de Cobertura do Plano foi de 9,74% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 11,24%, o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 4,57% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES, na obtenção das referidas rentabilidades.

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE) AGRAV. 5%.

iv) Rotatividade: Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, passou a ser adotada a Família Efetiva nos Benefícios já Concedidos de Pensões por Morte e continua sendo adotada a Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos

Pareceres e Relatórios

PARECER ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

Participantes Não Assistidos e Benefícios já Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

x) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

4. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta D.A. e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A..

5. VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO OU DEFICITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

- Superávit Técnico Acumulado do exercício de 2011 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2012..R\$ 93.768.025,90 (*1)
- Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para o final do ano de 2012 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2011 evoluído para o final de 2012 considerando como se a meta atuarial de rentabilidade tivesse sido alcançada.....R\$ (7.783.264,33) (*2)

- Impacto decorrente da adoção das novas Tábuas de Mortalidade.....R\$ (9.096.821,24)

- Impacto decorrente da adoção da Família Efetiva na avaliação das Pensões já Concedidas.....R\$ (12.309.474,52)

- Outros Resultados Atuariais de origens diversas pulverizados, inclusive provisão de imposto de renda em litígio..... R\$ (28.565.264,33)

- Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2012.....R\$ 36.013.376,51 (*3)

(*1): R\$ 93.768.025,90 = 84.293.442,92 x 1,1124 (tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES).

(*2): Igual a R\$ 529.428.511,88 - R\$ 537.211.776,21 = R\$ (7.783.264,33).

(*3): Equivalente a 7,30% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2012, que foi de R\$ 493.415.135,37.

6. NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2012, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

7. ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2013

JOSÉ ROBERTO MONTELLO - ATUÁRIO MIBA 426

Pareceres e Relatórios

PARECER ATUARIAL DO PLANO MISTO

1. CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,031% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

2) O custo total reavaliado de 7,031% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2013, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 7,031% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2012, de 7,031% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2012.

2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:

1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2011 para o final do ano 2012, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

Referência	(valores em R\$)	31/12/2011	31/12/2012	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos		50.730.887,00	59.125.426,98	16,55%
Provisão de Benefícios a Conceder		140.845.929,00	147.096.889,06	4,44%
Provisão Matemática a Constituir		-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)		191.576.816,00	206.222.316,04	7,64%

FATO RELEVANTE: Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2012, considerando a taxa real de juros/desconto de 5% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%” e de Inválidos “qx = qx da AT-83 (masculina) desagrava em 10%”, assumiu em 31/12/2012 o valor de: R\$ 31.372.109,90.

3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2012, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais, em conformidade com o posicionamento apresentado pelos patrocinadores, com exceção da adoção das Tábuas de Mortalidade Geral AT2000 desagravada em 10%, de Inválidos AT83 desagravada em 10% e da adoção da composição familiar efetiva, com base no cadastro da BASES, para avaliar os benefícios já concedidos de aposentadorias e pensões por morte, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2013, as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma da Instrução Normativa Nº 28/2008 de 30/12/2008 – D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 17.546.654,50, equivalente a 7,84% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 223.768.970,54.

2) A rentabilidade líquida do ano de 2012, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2012, informada pela BASES, foi de 9,87%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 12,31%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2011 a novembro/2012, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 5% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 2,72% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. O indexador IGP-M da FGV é aplicado com 1 (um) mês de defasagem. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

Pareceres e Relatórios

PARECER ATUARIAL DO PLANO MISTO

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE).
- iv) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.
- v) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.
- vi) Em relação à composição familiar, está sendo adotada a Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.
- vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- viii) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

4. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os métodos de financiamento apresentados nesta D.A. e, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A..

5. VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO OU DEFICITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

- Superávit Técnico Acumulado do exercício de 2011 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2012. R\$ 26.398.381,50 (*1)
 - Impacto decorrente da adoção das novas Tábuas de Mortalidade.....R\$ (3.568.991,82)
 - Impacto decorrente da adoção da Família Efetiva na avaliação das Pensões já Concedidas.....R\$ (470.251,28)
 - Outros Resultados Atuariais de origens diversas pulverizados, inclusive provisão de imposto de renda em litígio..... R\$ (4.812.493,90)
 - Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2012..... R\$ 17.546.654,50(*2)
- (*1): R\$ 26.398.381,50 = 23.504.925,21 x 1,1231 (tomando como indexador o IGP-M, aplicado com 1 mês de defasagem).
(*2): Equivalente a 8,51% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2012, que foi de R\$ 206.222.316,04.

6. NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2012, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

7. ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2013

JOSÉ ROBERTO MONTELLO - ATUÁRIO MIBA 426

Pareceres e Relatórios

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL -BASES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, por plano de benefício, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Salvador, 14 de março de 2013.

PERFORMANCE

AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES/CRC-2BA - 00710/O

JOSÉ RENATO MENDONÇA - DIRETOR RESPONSÁVEL/CRC-1BA 9.709/O-9

Pareceres e Relatórios

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEDE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2013, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2012, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Obrigações Atuariais por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprovação das Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2012.

Salvador (BA), 21 de març o de 2013.

Magnoneide Matos da Silva
Presidente

Edvaldo Oliveira Souza Filho
Conselheiro

Silvadir Duarte Amazonas Pedrosa
Conselheira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEDE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de març o de 2013, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2012, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Obrigações Atuariais por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprovação do Relatório Anual e Prestação de Contas, contidos nas Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2012.

Salvador (BA), 22 de març o de 2013.

Lauzimar Gomes Lima
Presidente

Ant nio Alberto Pinto Brandão de Souza
Conselheiro

Eduardo Augusto Furtado Correa
Conselheiro

Ezequiel dos Anjos
Conselheiro

José Aziz Raimundo Filho
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2012 - RESUMO

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes e assistidos

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Eliana Gentili (MTBA - n.º 2694)

FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES
Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,
Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador - BA
Fones: 71 3319-6300
bases@fundacaobaneb.com.br
comunicacao@fundacaobaneb.com.br
www.fundacaobaneb.com.br